

# **EDUCAÇÃO NO BRASIL: DA DESIGUALDADE HISTÓRICA AO PROCESSO REPARATIVO DE ACESSO INCLUSIVO E IGUALITÁRIO A TODOS**

JOSÉ RAIMUNDO DE JESUS<sup>1</sup>

## **INTRODUÇÃO**

No Brasil, desde os primórdios da colonização portuguesa, sempre houve uma certa divisão entre brancos e negros, ricos e pobres, principalmente no que se refere ao processo educacional, o qual, como sabemos, ao longo da história tem se mostrado dicotômico, e, propositadamente, de exclusividade de uns em detrimento de outros. Frente a isso, se faz necessária uma luta constante em prol de uma educação igualitária e acessível a todos os brasileiros. É certo que ao longo do século XX e início do século XXI têm havido algumas mudanças em relação à inclusão de pessoas de baixa renda, negros, periféricos, moradores de zonas rurais, índios, quilombolas e seus descendentes/remanescentes, dentre outros, no ensino básico e superior devido a inúmeras lutas e reivindicações por parte da nossa sociedade visando reparar uma dívida histórica que o País tem em relação ao povo que por séculos foi proibido pelas elites de usufruir dos direitos de cidadãos livres e iguais perante a lei. Mas, não podemos nos acomodar frente a isso pelo fato de que muita coisa ainda há por ser feita porque, infelizmente, as políticas sociais que visam o acesso de todos ao processo educativo ainda não alcançou a totalidade das pessoas analfabetas nem as de baixa escolaridade que precisam adquirir conhecimento técnico-científico, sociocultural, político etc. para que possam lutar pelos seus direitos e transformar a sociedade da qual fazem parte.

## **1. EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DO CONHECIMENTO À REFLEXÃO**

O Sistema Educacional Brasileiro, como sabemos, fora criado para atender a uma minoria, da qual não faziam parte aqueles não provenientes da elite que

---

<sup>1</sup> Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, História e Estudos Afro-brasileiros pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Licenciado em Letras com habilitação em Inglês e Português pela União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME). Professor de Língua Portuguesa na rede particular de educação de Salvador/Bahia. E-mail: professorraimundo.jesus@hotmail.com

começava a fincar raízes em solo nacional, e ainda com interesses de catequização, cujo intuito maior era disseminar a fé cristã e, conseqüentemente, ampliar o domínio de Portugal sobre o Brasil. Como afirma Azevedo (2018),

“Uma educação focada exclusivamente na catequização. Foi assim que nasceu o embrião do ensino no Brasil, em 1549, quando os primeiros jesuítas desembarcaram na Bahia. A educação pensada pela Igreja Católica – que mantinha uma relação estreita com o governo português – tinha como objetivo converter a alma do índio brasileiro à fé cristã. Havia uma divisão clara de ensino: as aulas lecionadas para os índios ocorriam em escolas improvisadas, construídas pelos próprios indígenas, nas chamadas missões; já os filhos dos colonos recebiam o conhecimento nos colégios, locais mais estruturados por conta do investimento mais pesado”.

Percebe-se então que sempre houve uma dicotomia no que se refere à educação brasileira. É visível também que os jesuítas tinham objetivos que iam além da simples conversão dos índios à Religião Católica, mas também contribuir para a inserção desse povo aos costumes, hábitos e língua dos portugueses. Reforçando essa ideia, Souza (2018) descreve que,

(...) a Companhia de Jesus, que foi fundada para contrapor-se ao avanço da Reforma Protestante, foi trazida para o Brasil para desenvolver um trabalho educativo e missionário, com o objetivo de catequizar e instruir os índios e colaborar para que estes se tornem mais dóceis e, conseqüentemente, mais fáceis de serem aproveitados como mão de obra (...)

Dessa forma, apesar da contribuição dos jesuítas na criação e solidificação da educação no Brasil, percebemos que as práticas pedagógicas diferenciadas de acordo com a classe sociocultural e econômica iniciada desde os primórdios da dominação de Portugal às terras brasileiras têm seus reflexos até hoje na forma de ensinar, assim como na organização do Sistema de Ensino.

Além do Período Jesuítico (1549 – 1759), tivemos, até chegar aos dias atuais, o Período Pombalino (1760 – 1808), momento no qual o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas do Brasil, cujo objetivo era fazer uma reforma no Sistema de Ensino, o que, no entanto, não trouxe benefícios para a educação, mas sim levou-a ao verdadeiro caos. Para Vilela (2018),

[...] apesar das várias tentativas, através de sucessivos alvarás e cartas régias, as Reformas Pombalinas no campo da educação, só logrou desarranjar a sólida estrutura educacional construída pelos jesuítas, confiscando-lhes os bens e fechando todos os seus colégios.

Nesse período as aulas eram ministradas por professores leigos, além de serem dispersas. Isto é, não havia uma unificação do ensino. Esta época marcou o início da Educação provida pelo Estado Brasileiro.

De 1808 a 1821 tivemos o Período Joanino, o qual representou um divisor de águas em relação ao Período Pombalino. Nessa época, buscando solidificar a nova capital do Brasil (Rio de Janeiro) e fortalecer o Império Português, D. João VI, além de reavivar a academia militar (atualmente chamada de Academia Militar das Agulhas Negras), criou uma escola de medicina em Salvador e outra no Rio de Janeiro; transferiu a Biblioteca Real para o Brasil (Biblioteca Nacional), além de criar a Imprensa Régia e o Jardim Botânico. De acordo com Vilela (2018),

Há de se notar que todas essas intervenções mudariam a condição cultural do Brasil que antes era relegado à dependência colonial. O surgimento da imprensa permitiu que os fatos e as ideias fossem divulgados e discutidos no meio da população letrada, preparando terreno propício para as questões políticas que permearam o período seguinte da História do Brasil; apesar de tudo infelizmente não se conseguiu implantar um sólido sistema educacional nas terras brasileiras.

De 1822 a 1889 tivemos o Período Imperial, no qual fora promulgada a Primeira Constituição Brasileira de 1824. Com a Independência do Brasil, D. Pedro I lançou os pilares para que fosse escrita a nossa Carta Magna, cujo Art. 179 estipula que “a instrução primária deverá ser gratuita para todos os cidadãos”.

Devido à falta de docentes para atuarem nas salas de aula das escolas brasileiras, o governo lançou em 1823 um método denominado Método Lancaster, no qual eram selecionados alguns estudantes para serem treinados e depois estes, sob a supervisão de inspetores, davam aulas para grupos formados por dez alunos. Já no ano de 1826 foi instituído um Decreto no qual criavam-se quatro graus de instruções. Sendo eles: Liceus, Ginásios, Academias e as Pedagogias (escolas primárias). Estas últimas foram ampliadas para todas as vilas e cidades brasileiras através de um projeto de lei de 1827, como descrito no Art. 1º “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias”. Este projeto também

estabeleceu: Art. 7º “Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e estes proverão o que for julgado mais digno e darão parte ao Governo para sua legal nomeação”. E que: Art. 11º “Haverá escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento” (adaptados).

D. Pedro I criou ainda duas faculdades de Direito em 1827 para suprir as necessidades de formação superior no Brasil. Pois, os filhos da elite brasileira tinham que ir estudar nas universidades europeias.

Na República Velha (1889-1929), com o advento da Proclamação, o Sistema Educacional brasileiro sofreu a influência do Positivismo Filosófico.<sup>2</sup> Sob orientação de Benjamin Constant foi implantada uma Reforma educacional no Brasil, cujos princípios norteadores eram a liberdade, a laicidade e a gratuidade do ensino (escola primária). Mas o principal objetivo era formar pessoas para ingressarem no ensino superior e, conseqüentemente, inverter os papéis que até então vigoravam. Isto é, sobrepor a Ciência à Literatura. No entanto, como descreve Vilela (2018),

Esta Reforma foi bastante criticada pelos positivistas, já que não respeitava os princípios pedagógicos de Comte; pelos que defendiam a predominância literária, já que o que ocorreu foi o acréscimo de matérias científicas às tradicionais.

Em 1911 tivemos a *Reforma Rivadavia Correa*, a qual buscou instituir uma formação cidadã para os estudantes dos cursos secundários. Dessa forma, criticava-se o fato de que, até então, os indivíduos eram formados apenas para passarem de um nível a outro de ensino. Entretanto, esta proposta não deu certa na educação brasileira.

Tivemos também a *Reforma João Luiz Alves* que lançou nos currículos escolares a disciplina *Educação Moral e Cívica* visando combater protestos e reivindicações estudantis no País. Para Vilela (2018),

A década de vinte foi marcada por diversos fatos relevantes no processo de mudança das características políticas brasileiras. Foi nesta década

---

<sup>2</sup> Corrente filosófica surgida na França no início do século XIX que afirma ser o conhecimento científico a única forma de conhecimento verdadeiro.

que ocorreu o Movimento dos 18 do Forte (1922), a Semana de Arte Moderna (1922), a fundação do Partido Comunista do Brasil (1922), a Rebelião Tenentista (1924) e a Coluna Prestes (1924 a 1927).

Como podemos perceber, este foi um período complexo no que se refere à História do Brasil, não somente à educação e seus problemas, mas, de certa forma, em todos os aspectos sociais, culturais, políticos e humanos.

De 1930 a 1936, período denominado de República Velha, devido às diversas mudanças ocorridas no Brasil e no mundo capitalista, houve também a necessidade de mão-de-obra qualificada e, inevitavelmente, a educação seria a mola propulsora de tais mudanças. Para isso, entretanto, era preciso que o governo tomasse algumas providências, dentre elas, tivemos a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 e instituiu-se em 1931 a *Reforma Francisco Campos* com a finalidade de organizar o ensino secundário e as universidades no Brasil.

Em 1932 foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova encabeçado por Fernando de Azevedo e com o aval de outros conceituados educadores. Já no Estado Novo (1937-1945) como mostra Vilela (2018),

Refletindo tendências fascistas é outorgada uma nova Constituição em 1937. A orientação político-educacional para o mundo capitalista fica bem explícita em seu texto sugerindo a preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado. Neste sentido a nova Constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional. Por outro lado, propõe que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas e particulares, tirando do Estado o dever da educação. Mantém ainda a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário.

Ainda segundo Vilela (2018) “O contexto político do estabelecimento do Estado Novo faz com que as discussões sobre as questões da educação, profundamente ricas no período anterior, entrem ‘numa espécie de hibernação’.” Isto é, não houve mudanças plausíveis na educação brasileira, pelo contrário, as ideias anteriores lançadas pela Constituição de 1934 foram sufocadas pelos itens norteadores do ensino no Brasil contidos na Constituição de 1937. Instituiu-se assim que o ensino primário fosse composto de cinco anos; o ginásial de quatro anos e o colegial por três anos.

Na República Velha também tivemos mudanças referentes ao ensino. Promulgou-se nesse período a *Lei 4.024/1961* que em seu Art. 7º determina que,

O Conselho Nacional de Educação, composto pelas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, terá atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, de forma a assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional.

Percebe-se que há, a partir de então, um despertar em relação à forma, organização e, de certa maneira, uma preocupação com o acesso, mesmo que de forma tímida e gradual, de uma parcela maior da sociedade brasileira ao ensino.

Durante o Período conhecido como Estado Novo (1937-1945) aumentou-se a preocupação com a preparação de mão-de-obra qualificada para atender às exigências do mercado de trabalho. Frente a isso, o Estado priorizou um ensino voltado para o profissionalismo, o qual deveria estar relacionado com uma vocação prévia do indivíduo. No entanto, o Estado foge às suas responsabilidades, deixando às instituições de ensino o livre arbítrio a respeito do que ensinar. É visível também que à elite prevalece o ensino baseado na intelectualidade, enquanto que às classes desfavorecidas fica destinado o ensino técnico, mecânico, específico para determinada área.

Na Nova República (1946-1963) fora instituído pela Constituição Federal que a União ficaria responsável por legislar sobre as Diretrizes norteadoras da Educação nacional. Além disso, determinou-se que fosse obrigatório o ensino primário no País. Nesse mesmo período passam a ganhar forças as discussões sobre a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e também foi criado pelo Instituto Anísio Teixeira o Centro Popular de Educação (Carneiro Ribeiro), iniciando-se assim as escolas-parques e escolas-classes. Já o Sistema Educacional passa a ser comandado pelo Ministério da Educação.

De 1964 a 1985, durante o Regime Militar, todas as iniciativas de renovação da educação são interrompidas. Por outro lado, houve uma expansão das universidades, além de ser obrigatório o exame vestibular classificatório para o ingresso nessas instituições.

Para minimizar o número de analfabetos, o Governo lança o programa *Movimento Brasileiro de Alfabetização* – MOBRAL, o qual não deu certo. Em substituição a este, foi criado o programa *Fundação Educar*.

Em 1971 foi criada a Lei 5.692/71 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No entanto, esta Lei priorizou, neste período, a educação profissionalizante.

Frente a isso é notável que apesar das mudanças no Sistema Educacional no Brasil não percebemos uma democratização no que se refere às camadas socioculturais mais vulneráveis. O que vemos são mudanças que, aos olhos desatentos, parecem ser boas a todos os cidadãos, mas ao refletirmos sobre suas verdadeiras intenções, percebemos que sempre houve uma diferenciação entre o ensino oferecido à elite e aquele ofertado às mais diversas camadas populares, aos desfavorecidos.

## **2. EDUCAÇÃO DE CLASSES NO BRASIL**

Falar em educação no Brasil não é um tema fácil, pois não se trata de algo simples pelo fato de que há, inegavelmente, uma dicotomia na oferta de ensino em relação a ricos e pobres. Como sabemos, desde o início do processo pedagógico/educacional, sempre existiram prioridades distintas de acesso ao conhecimento ofertado à população brasileira. Segundo Brito, Arruda e Contreras (2015), “[...] diante de tantas discussões e leis que pleiteiam direitos iguais para todos, a educação em pleno século XXI ainda não é considerada prioridade na política governamental [...]”. Dessa forma, é perceptível que não há ainda na pauta governamental um projeto que vise tornar a educação uma prioridade no País. Ainda segundo os referidos autores,

a relação pobreza e escola estão intimamente relacionadas. As condições sociais interferem na aprendizagem escolar, e as desigualdades sociais se traduzem, de forma geral, em desigualdades escolares, e vice-versa.

Assim, podemos perceber que a educação no Brasil se trata de algo/projeto pensado, propositadamente, de modo a privilegiar uns (dar-lhes oportunidades de adquirir de forma plena conhecimentos diversos no que se refere às mais variadas ciências). Enquanto que, por outro lado, existe uma educação voltada para as classes sociais menos favorecidas, cujas práticas pedagógicas visam

apenas preparar mão de obra para o mercado de trabalho, além de maquiar as estatísticas globais, no que tange ao Brasil, a respeito do combate ao analfabetismo no País. Para Costa (2019), “De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, havia 11,3 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos de idade ou mais [...]”.

É inegável que, apesar de muitas lutas e reivindicações por parte da sociedade civil, assim como de outras instituições sociais, em prol da igualdade de ensino/aprendizagem, existe ainda uma discrepância muito grande frente ao descaso com relação à educação ofertada às camadas mais vulneráveis da sociedade brasileira. Como afirma Paulo Freire (1981, p.13), “Numa sociedade de classes toda educação é classista. E, na ordem classista, educar, no único sentido aceitável, significa conscientizar e lutar contra esta ordem, subvertê-la. [...]”. Dessa forma, devemos admitir que a busca por um acesso democrático pela educação é constante, pois, desde a estrutura das escolas, passando pela produção de material didático, até chegar à formação, remuneração e (re)qualificação de professores, coordenadores pedagógicos e de todo o pessoal envolvido na formação cidadã de crianças, adolescentes e adultos nas escolas públicas do Brasil, visibiliza-se a falta de comprometimento por parte do poder público em ofertar um ensino de qualidade que leve o indivíduo à crítica, à reflexão e à transformação da sociedade de forma consciente e satisfatória. Percebe-se, então, que há, cada vez mais, uma lacuna entre ricos e pobres, brancos e negros a ser preenchida. Trata-se de uma reparação histórica para com aqueles que ao longo dos tempos vêm sendo relegados a segundo plano no que se refere a direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e educacionais.

É preciso termos em mente que um país só se torna soberano quando passa a investir na educação de forma igualitária; onde todo indivíduo tenha direito a adquirir conhecimento de forma plena em todos os campos do saber, na medida do possível. Se faz necessário um projeto político que garanta a todos os brasileiros o acesso e a permanência no Sistema Educacional desde a educação básica até ao ensino superior. Projeto este que possibilite investimentos de forma prioritária em tecnologias, inclusive educacionais, em ciência, em esporte e nas mais diversas áreas artísticas para que nos tornemos uma nação desenvolvida,

não só economicamente, mas em todas as esferas do conhecimento e da produção intelectual e científica.

### **3. CONQUISTAS ATUAIS E REPARAÇÕES HISTÓRICAS: UM CAMINHAR PARA O FUTURO**

É inegável que nos últimos anos houve inúmeras mudanças referentes ao acesso, manutenção e permanência das populações mais vulneráveis e, historicamente, excluídas do processo educacional no Brasil. Foram implantados programas de valorização do cidadão por meio da inclusão escolar. Isso tem feito com que, ao adentrar à escola, pessoas de baixa renda, moradores de regiões periféricas, comunidades rurais, remanescentes de quilombolas, indígenas etc. se tornem visíveis aos olhos da sociedade ao ocuparem um espaço que lhes fora negado ao longo da história, espaço este que, segundo os padrões sociais pré-estabelecidos pela elite, só pode ser usufruído por pessoas “civilizadas”, e, ao adquirirem conhecimentos técnico-científico, filosófico, histórico e cultural, esse povo relegado passa a ser visto, mesmo que, na maioria das vezes, hipoteticamente, cidadãos, não só com deveres, mas também com direitos.

Precisa-se ressaltar que nas últimas décadas alcançamos, após inúmeras lutas e reivindicações, valiosas conquistas em prol da educação no Brasil, das quais podemos destacar: O Fundeb – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – cuja implementação se deu no ano de 2007. Sua função primordial é servir de mecanismo para o financiamento da educação básica. Isto é, destinar parte dos impostos arrecadados pelos estados e pela União à manutenção da educação.

No ano de 2013 o ensino tornou-se obrigatório para jovens de 4 a 17 anos de idade através da Emenda Constitucional nº 59 de 2009 que estabeleceu o prazo até 2016 para que as redes de ensino do País se adequassem para atender à nova norma.

Temos ainda o PNE – Plano Nacional de Educação – o qual estabelece metas e planejamentos de longo prazo que se estendem de 2014 a 2024 buscando alcançar índices satisfatórios no que tange ao avanço da educação brasileira. Arelado ao PNE, existe o programa de Educação Inclusiva, que busca atender

a jovens e crianças que possuem algum tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

Em 2017 aprovou-se a BNCC – Base Nacional Comum Curricular -, a qual aborda avanços referentes às novas diretrizes de aprendizado. Além de chamar à atenção sobre tais diretrizes, a BNCC torna-se um marco norteador para o desenvolvimento da educação profissional e continuada de educadores, assim como um instrumento de nivelamento do sistema de ensino e aprendizagem.

Frente a essas e outras importantes conquistas, fica claro que as lutas sociais em busca de uma educação de melhor qualidade e igualitária para todos os cidadãos brasileiros foram e continuam sendo válidas, entretanto, devemos nos conscientizar de que ainda há muito a ser feito. Não podemos nos conformar apenas com o que já fora conquistado. Precisamos aprimorar os programas educacionais, adequando-os às diversas realidades do povo brasileiro para que todos, independente de classe social, tenham direito à educação inclusiva, reflexiva, libertária e transformadora.

#### **4. RE(PENSANDO) A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XXI**

Quando falamos em educação brasileira não podemos nos ater apenas às teorias e práticas pedagógicas produzidas por especialistas que, na maioria das vezes, não conhecem de fato as realidades díspares que existem em nosso país. É preciso reconhecermos as mais diferentes condições sociais, econômicas, culturais, políticas, geográficas etc. dos estudantes nas diversas regiões do Brasil. Necessitamos nos prepararmos, enquanto educadores, de forma plena. Temos uma formação inicial e continuada que atenda a todas as pessoas em idade escolar, ou não, de forma satisfatória. Preenchendo as lacunas historicamente construídas por um sistema de ensino, por muitas vezes falho e perverso, dicotômico e, ao mesmo tempo, maquiado com o intuito de manter as camadas populares menos favorecidas submissas às elites mandatárias deste País. Conforme afirma Freire (1981, p. 32), “[...] A educação deve ser desinibidora e não restritiva. É necessário darmos oportunidade para que os educandos sejam eles mesmos”. Dessa forma, percebe-se que ao falar em “educação desinibidora”, Paulo Freire chama à atenção para o fato de que não devemos nos portar frente ao processo pedagógico/educacional de maneira

inflexível no que se refere às diferenças presentes em sala de aula, sejam elas sociais, ideológicas, culturais etc. É preciso compreendermos que estaremos lidando com indivíduos pensantes autonomamente, e que cada um desses indivíduos tem projetos de vida e sonhos a serem alcançados. Para Freire (1996, p. 64),

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiências feitos” com que chegam à escola [...]

Dessa forma, o nosso papel de educador é corroborar para que nossos alunos se tornem pessoas autorrealizáveis, conscientes do processo de transformação pessoal e social.

Aos nossos governantes incumbe a função de manter financeira e materialmente as instituições de ensino, adequando-as de acordo com a realidade de cada região; fornecer material didático/pedagógico de qualidade e em consonância com as reais necessidades do público alvo; adaptar esses espaços de forma a receber pessoas que apresentem algum tipo de limitação (inclusão escolar); ofertar transporte para alunos e funcionários que moram distante da(s) escola(s), assim como alimentação e ajuda de custo, principalmente em se tratando de ensino em tempo integral.

Como sabemos, a oferta e a manutenção da educação são de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais, incluindo-se ainda o distrital, a depender do nível educacional. O artigo 208 da *Constituição Federal* estabelece que ao Estado, dentre outras atribuições, cabe garantir: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às

condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde [...]. Isto reforça a ideia de que deve haver um esforço conjunto entre as instâncias governamentais em prol da educação no Brasil. No entanto, a tarefa de fazer com que o Sistema de Ensino em nosso País se torne eficiente, de qualidade e igualitário para todos é papel de todos os cidadãos, da família, das instâncias comunitárias e das instituições governamentais e não governamentais. Pois, só agindo de forma harmônica e intrínseca é que, ao longo do tempo, mesmo que de maneira lenta, gradual, porém ininterrupta e satisfatória a todos, teremos uma nação plenamente desenvolvida em todos os seus aspectos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no Brasil sempre foi algo, muitas vezes, distante da realidade de pessoas pertencentes às camadas sociais menos favorecidas, carentes de políticas públicas reparatórias. Porém, temos percebido que bastantes coisas já foram conquistadas devido a inúmeras reivindicações e lutas travadas pela sociedade civil, assim como movimentos e instâncias engajadas na busca por melhores condições de acesso e permanência em uma educação de qualidade para todos os brasileiros. Ressalta-se, entretanto, a importância de continuarmos a luta por um sistema educacional igualitário, onde pessoas, independente da raça, da cor, da ideologia, da crença e/ou descrença, da cultura etc. tenham direito a frequentar a escola e adquirir conhecimento técnico-científico, cultural, e político, tornando-se cidadãos críticos, reflexivos e (auto)transformadores de si e da sociedade na qual estão inseridos.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Rodrigues. ***A história da Educação no Brasil: uma longa jornada rumo à universalização.*** Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-historia-da-educacao-no-brasil-uma-longa-jornada-rumo-a-universalizacao-84npcihyra8yzs2j8nnqn8d91/> Acesso em: 22 mai. 2020

BRASIL. Constituição (1988) Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC9\\_1\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC9_1_2016.pdf)> Acesso em: 18 jul. 2020

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 27 dez. 1961, Página 11429 (Publicação Original).

BRASIL. [Leis etc.]. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1878. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18351>> Acesso em: 20 jun. 2020

BRITO, Maria Helena de Paula; ARRUDA, Neivaely Aparecida de Oliveira de; CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. **Escola Pobreza e Aprendizagem: Reflexões sobre a educabilidade**. Disponível em: <[educare.bruc.com.br](http://educare.bruc.com.br)>. Acesso em: 07 jun. 2020

COSTA, Gilberto. **Analfabetismo resiste no Brasil e no mundo do século 21**. Disponível em: <[agenciabrasil.ebc.com.br](http://agenciabrasil.ebc.com.br)>. Acesso em: 21 jun. 2020

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SOUZA, José Clécio Silva e. **Educação e História da Educação no Brasil**. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil> Acesso em: 22 mai. 2020

VILELA, Thiago. **Linha do Tempo da História da Educação no Brasil**. Disponível em: <https://www.ocomprimido.com/dose-diaria/linha-do-tempo-da-historia-da-educacao-no-brasil/> Acesso em: 22 mai. 2020